



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

**7ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do
SIGAP**

Data	29 de abril de 2021
Horário	09h00 às 12h00
Local	Videoconferência Plataforma Teams

Pauta

- 09h00** – Abertura – Isabel Fonseca Barcellos – Pres. CCSIGAP
Aprovação da minuta da Ata da 19ª Reunião Ordinária do CC SIGAP
- 09h15** – Palavras do Sr. Subsecretário do Meio Ambiente, Eduardo Trani sobre o
tema: Ocupações e Ameaças ao Mosaico Juréia-Itatins
- Após** - Debates e Encaminhamentos dos Conselheiros

PRESENCAS

Eduardo Trani – Subsecretário de Estado do Meio Ambiente

Isabel Fonseca Barcellos

Rodrigo Levkovicz

Adriano Pinter dos Santos

Representantes da Comunidade Científica

Marcelo Gomes Sodré

Gerd Sparovek

Carlos Alfredo Joly

Representantes da Sociedade Civil

Fernando Pieroni

Márcia Hirota

Paulo Groke

Maria Cecília Wey de Brito

Convidado

José Alberto Pereira Sheik

Secretaria Executiva

Virginia Dorazio

LINK DA GRAVAÇÃO INTEGRAL DA REUNIÃO

<https://1drv.ms/v/s!AoornhTyp6QciuAni66fekO8lg2IHQ?e=IJACTu>

Isabel: Inicia a reunião cumprimentando a todos pela presença e pergunta aos Conselheiros sobre a minuta da 19ª Reunião Ordinária do CC SIGAP, e todos informam que não conseguiram avaliar e que na próxima reunião será colocada para aprovação. Na sequência passa a palavra ao Subsecretário Eduardo Trani;

Trani: Atualiza os conselheiros sobre como foi solicitada a reunião extraordinária do CC SIGAP. Conta que numa reunião do Conselho de Meio Ambiente foi levantado o assunto sobre as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

ocupações na Juréia, e depois de discutido o assunto surgiu a ideia de se fazer uma reunião com todos os personagens que trabalham na questão da Juréia na SIMA. Contou com as presenças: Rodrigo Levkovicz, Fausto Pires, Messias e colegas que trabalham na EEE Juréia, Sheik e Virginia para a relatoria e trabalhos e veio todo o grupo da SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin, Mário Mantovani, Márcia Hirota e a Malú Ribeiro, e os convidados o José Pedro de Oliveira Costa, Fabio Feldmann, Ítalo Mazzarella. Nessa reunião foram abordadas todas as questões relativas ao trabalho que devemos fazer e que estamos fazendo e citamos em específico o papel do SIGAP por conta de ser um conselho que reúne ainda mais outros elementos da sociedade civil e universidade em prol dessa ação conjunta. E da reunião tiramos um roteiro de trabalhos que suscitasse não exclusivamente a questão que está judicializada, ou o ponto específico da judicialização, de todas as cartas de apoio que vieram ou cartas antagônicas que outras entidades colocaram, enfim o debate específico da questão do Rio Verde e resolvemos trazer, entre os vários pontos e ficou combinado que fizéssemos uma reunião extraordinária do CC SIGAP para fazer uma avaliação mais abrangente daquilo que se entende como políticas aplicáveis na região e fizéssemos uma gestão mais ampliada. Como todos viram, fizemos um artigo amplo assinado por Trani, Penido, Rodrigo e Gerd, tentando abrir a discussão para uma outra visão mais integrativa em relação ao que vem sendo feito, dentro das possibilidades que o Estado tem em relação a convivência entre comunidades tradicionais e UCs. O artigo de modo geral foi muito bem recebido, e essa semana recebeu seu contraditório assinado pelos próprios moradores numa visão cujo o debate, que acredita que no SIGAP tem o total dever e capacidade de fazer que é justamente retirar talvez elementos essenciais de uma discussão polarizada entre racismo ambiental e a ação específica do caso da Juréia que não se confunde com uma discussão dessa natureza e que obviamente não é e nem tem sido e nem poderia ser uma postura do governo do estado (...gravação)

Intervalo de gravação: 00:00.01 a 00:09.51

Isabel: Agradece Trani por passar todo esse contexto que aconteceu nesse interim e na mesma época circulou uma proposta de moção entre os Conselheiros e vimos que a moção não avançou, e fizemos a proposta da reunião extraordinária.

Intervalo de gravação: 00:09.51 a 00:11.01

Virginia: Faz a apresentação do Cronograma de Ações Emergenciais, cujos temas foram levantados na reunião realizada em 13/04/2021

Intervalo de gravação: 00:11.01 a 00:17:13

Ciça: Aparentemente esse cronograma apresentado não tem prazo, e do ponto de vista de orçamento será necessário para cumprir essas novas ações, seria um orçamento que já está previsto ou se ainda tem que ter negociações, mesmo porque os prazos são muito importantes para obter o sucesso para que se pretende fazer.

Intervalo de gravação: 00:17:13 a 00:18.31

Sheik: Desde a reunião com os parceiros em defesa da joia da coroa, a FF apresentou os programas dela, tivemos o edital das sementes de juçara que foi um sucesso de mídia estrondoso, essa notícia repercutiu no estado inteiro. Só para ressaltar que cada vez que temos algo dessa qualidade a repercussão é grande. Especificamente sobre a questão dos moradores,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

o artigo do sistema respondeu as acusações deles numa matéria na Carta Capital que é um veículo alinhado com essas causas sociais que aparentemente estão defendendo as pessoas certas, mas na avaliação não é real. O Artigo teve boa repercussão, mas há dois dias eles responderam com os mesmos argumentos mentirosos de sempre. Cita que sua experiência diz que quando o governo responde não é importante, importante é a visão dos “coitadinhos”. A Monique com a parceria da SOS Mata Atlântica e outros entes está finalizando um plano de comunicação principalmente visando as redes sociais. Um registro, no último artigo que respondem aos nosso artigo, eles não citam o nome, mas fazem uma acusação sem nominar a SOS Mata Atlântica. Conhecemos bem aquele povo que perderam uma batalha na Assembleia Legislativa, foi uma discussão que eu chamaria das mais democráticas teve até especificidades do PT que era oposição votou em conjunto e houve consenso, após um tempo e com a ajuda de intelectuais retomaram o tema. (...gravação)

Intervalo de gravação: 00.18.31 a 00.24.36

Carlos Joly: Informa que apoia a posição que a Ciça colocou. O cronograma das ações emergenciais está bom o que podemos fazer está explicitado, mas precisamos saber a questão do timing de quando é possível fazer. Disse que gostou da fala do Sheik de que a estratégia de comunicação está sendo finalizada e acredita que estamos perdendo essa guerra da comunicação exatamente pelo que o Sheik disse que quando o governo se posiciona a tendência da imprensa é apoiar o outro lado dos coitados que estão sendo expulsos do seu paraíso. No âmbito acadêmico estamos fazendo com que as pessoas se posicionem e sente um desânimo tão enorme com todas as questões ambientais que estão sendo discutidas e os absurdos que vemos acontecer, é difícil conseguir uma mobilização mais consistente. Pede ao Sheik se houver necessidade ele e o Ricardo Rodrigues poderão colaborar com os artigos, tentando tirar um pouco esse caráter chapa branca das respostas.

Intervalo de gravação: 00.24.36 a 00.27.16

Marcelo Sodré: Reforça o que o Prof. Joly falou, mas no mundo do Direito. Conta que faz parte de uma associação de professores de Direito Ambiental, que congrega aproximadamente 200 professores do Brasil inteiro. Fala sobre a divulgação que é feita, a Secretaria do Meio Ambiente está ignorando o direito das pessoas, etc. Esse é o discurso que corre solto nesse grupo que pega o Brasil inteiro. Um problema complicado que um dos signatários é um eminente professor, muito respeitado. Acredita que para fazer essa reversão teria que ter um trabalho técnico muito forte. Diz que poderia tentar escrever um artigo numa revista jurídica para começar tentar reverter, mas não assina um artigo desses sem um documento técnico muito forte. Talvez assinar com algum técnico. Dentro do grupo a narrativa muito forte é que estão expulsando pessoas que tem direitos. Para derrubar isso, só derrubando com documentos técnicos.

Intervalo de gravação: 00.27.16 a 00.30.33

Isabel: Lê a mensagem do Alex que está no chat: Precisamos de tradicionais do nosso lado endossando as manifestações. Com todo apoio que a fundação tem dado a eles no Vale do Ribeira e outros locais, não há lideranças que possam nos apoiar? Pergunta se alguém quer falar sobre esse tema específico ou se abrimos a palavra para o Gerd

Intervalo de gravação: 00.30.33 a 00.31.38



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Gerd: Diz que quer reforçar o argumento do Marcelo. A comunicação está sendo feita completamente à margem do prazo específico e à margem da questão técnica, porque no argumento geral existem possibilidades de convivência dos povos e comunidades tradicionais com as UCs e que esses povos devem ter apoio, devem ter feito o seu modo de vida. Todo mundo concorda, ninguém é contra isso só que está sendo completamente enrolado é a parte técnica e o histórico do caso específico. Explica que é um pouco esquizofrênico porque concordamos em tudo só que no caso específico a argumentação geral não se aplica. Entende que o que está acontecendo é uma politização total da comunicação, em nenhuma das cartas ou os argumentos que estão vindo está se dando atenção a essa questão do caso específico. Acredita que uma estratégia é tentar trazer a situação muito mais para o caso específico do que para a questão geral com a qual que todos concordam que existe possibilidades de abrigar tanto a pauta de considerações com a das populações tradicionais e que todos concordam que as duas pautas são importantes

Intervalo de gravação: 00.31.38 a 00.33.38

Fernando: Reforçando e complementando sobre o ponto que o Gerd levantou e o Marcelo levantou que é a questão da robustez técnica. Tem a impressão de que, a despeito da opinião pública que tem que ser trabalhada, acredita que temos uma questão muito cirúrgica, muito pontual que é vencer a judicialização que aconteceu e tem a sensação que cada vez mais que o judiciário é sensível a opinião pública e isso é uma coisa meio perigosa. Temos que trabalhar a opinião pública, mas acredita que a robustez da argumentação das provas, dos fatos dentro do processo jurídico é um divisor de águas para que tenhamos uma decisão judicial favorável. Separando as coisas se ganharmos na opinião pública, e perder no judiciário, ganhamos na opinião pública, e da mesma forma o outro lado. Temos que ver como apoiar a instância jurídica, aí que está o divisor de águas. (... gravação)

Intervalo de gravação: 00.33.38 a 00.36.04

Ciça: diz que algumas pessoas já deram algumas dicas que acrescer ao cronograma, talvez o item 3 que fala de SUCEN. Explica que no início da conformação da Estação o IF e DEPAM fizeram vários levantamentos de população na região e a outra questão sobre levantamento de dados, talvez não seja possível chegar até o início da conformação da Estação, mas sugere que consulte o MAPBIOMAS que conseguiu resgatar várias informações, seria mais uma informação que pode reforçar a posição das ocupações na área, e por fim buscar articulação com outras populações na região ou talvez até ouvir de uma forma organizada alguns pesquisadores da área antropológica sobre essa questão, temos a Manoela Carneiro e outras pessoas que estão apoiando esse movimento e outros que tenham uma visão mais global mais diferente e específico para essa questão.

Intervalo de gravação: 00.36.04 a 00.38.25

Rodrigo: Agradece pelas contribuições trazidas e levanta alguns pontos que acredita que talvez sejam importantes. Acredita que deve haver um debate mais macro (sem som)

Trani: Respondendo as sugestões da Ciça em relação aos dados e aos mapas, muito bem lembrado e fazem parte do trabalho e no item 3 está só colocado a questão da SUCEN mas além das SUCEN há os outros mapas. Estamos bolando um trabalho focado por levantamento de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

mapeamento. Diz que o MAPBiomás e a primeira vez que ouve. Outros levantamentos também sugeridos pelo Fausto. Aqui podemos considerar uma contribuição da Ciga para o item 3 e considera incorporado.

Intervalo de gravação: 00.38.25 a 00.42.08

Rodrigo: Um debate mais macro, que precisa do apoio acadêmico e científico, e isso tem que ser reforçado e agradecer ao Gerd e a todo mundo que assinou. A perpetuação das espécies ela depende de espaços sem a presença humana. Talvez um plano de comunicação é focado nos animais falando nisso. Diz que está trazendo uma coisa que é de fácil compreensão para a sociedade. Há um discurso antropológico, porque fala o seguinte: as comunidades tradicionais são sempre benéficas para o meio ambiente e considera um discurso que é 80% verdadeiro desde que tenhamos algumas poucas áreas que sejam relacionadas a biodiversidade sem a presença humana. Isso é importante porque as pessoas não compreendem, e se isso for verdade, realmente a perpetuação das espécies, principalmente da Mata Atlântica, diante de todas as perdas que tivemos, se isso é importante acredita que é uma pauta a ser colocada porque ela faz uma certa oposição com o discurso acadêmico da antropologia que fala que sempre é bom ter gente, a natureza evoluiu com gente e faz sentido quando tínhamos várias áreas florestais, quando a densidade demográfica não era como a gente tem agora no estado de São Paulo. Temos que a visão dos outros “coitadinhos” que são os animais. O outro lado não coloca que a FF agiu em preservação a biodiversidade, aos animais, ninguém defendeu o domínio público. Se tivesse um estudo falando que presença humana e comunidade tradicional sempre ajuda a biodiversidade, seria a primeira pessoa a dizer vamos repovoar todas as UCs. O lado acadêmico que vocês trouxeram talvez pudéssemos trabalhar melhor em termos de comunicação, e também é de fácil compreensão seria trazer os animais para o plano de comunicação. Em relação ao caso específico de Juréia, temos uma dificuldade dos levantamentos feitos no passado porque eles sempre consideram Grajauna, Paia do Rio Verde e Praia do Una, quando se fala de famílias que existiam nessas áreas, não há uma separação Rio Verde, Grajauna e Praia do Uma, isso é sempre tratado como os 3 pontos e aí não conseguimos saber do que se está falando. O que conseguimos levantar foi o relato do José Pedro quando ele viajou junto com o Dr. Paulo Nogueira-Neto, e ele trouxe as 3 famílias que estavam lá, Sr. Francisco, Sr. Onézio e o Sr. Valdir. O outro lado não fala contra o fato de que tanto o Dauro quanto a Glória que são os pais e mãe. O Dauro é pai do Marcos que está entrando com ação e a Glória é mãe do Cleber. Ninguém discute que eles saíram da Juréia, isso está claro desde o cadastro de 1990 e no cadastro de 2000 que foram feitos, tanto o Dauro como a Glória não constam mais como ocupantes do Rio Verde e também ninguém discute que o Heber e o Marcos cresceram na cidade e que iam eventualmente visitar os avós nas férias. O que eles estão pregando é o seguinte: eu tenho vínculo emocional com essa área, meus avós moram lá, então como sou descendente deles e tenho esse vínculo eu tenho direito de retornar porque meus pais saíram porque foram sufocados pelas medidas restritivas que foram tomadas pela Secretaria do Meio Ambiente, e que de certa forma não é mentira, sabemos que a Estação Ecológica quanto foi criada ela de certa forma inviabilizou várias práticas que eram postas. Só que ao mesmo tempo em que o Dauro e a Glória saíram o Valdir que é irmão deles ficou, e EEJ num primeiro momento foi super restritiva foi rearranjada no Mosaico que tentou contemplar essas coisas. Acredita que está tendo um pouco de falta de ponderação de valores e num discurso que está só olhando a humanidade em si. É um discurso, comunidades, caçaras da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Juréia Estado de São Paulo. Como se fosse o estado opressor contra as comunidades, e o valor biodiversidade, valor animais silvestres não estão sendo trazidos no debate. Informa que estudou muito, fizemos uma defesa, sendo que o ponto principal que existe uma pretensão universal que é o direito de retorno dos descendentes de antigos ocupantes das áreas protegidas, isso tem sido colocado como uma questão de justiça social: meu pai, meu avô saíram desse local que minha família tinha uma ocupação ancestral porque virou um parque, virou uma Estação Ecológica e eles não puderam mais fazer aquele modo de vida tradicional de caçar, pescar, plantar mandioca, e agora eu quero voltar porque eu tenho um direito e o estado tem um déficit de justiça social, essa é a tese. Temos defendido essa tese é importante, todavia criamos o Mosaico que podem rearranjar esse direito de justiça social para as pessoas que tiveram que sair de áreas antigamente ocupadas e, faz sentido dentro de uma ponderação de valores, ainda que queira voltar para o Rio Verde você vá para RDS da Barra do Una, porque não tem só o valor humano envolvido tem o valor imaterial, o valor da biodiversidade que é num contexto geral 4% do território que está reservado para a presença humana. Outro ponto da defesa sobre a família Prado, ela não é do Rio Verde ela é também do Rio Verde. Todos os laudos antropológicos, seja aquele produzido pela Professora Manoela Carneiro é o produzido e encomendado pela Fundação Florestal, todos os dados mostram que a família Prado é da Juréia como um todo. Eles já ocuparam Rio das Pedras, Rio Verde, Grajauna, Barra do Una, já estiveram próximo da Cachoeira do Guilherme, já estiveram em vários lugares e isso é posto nos laudos e estamos argumentando o seguinte: dentro de uma ponderação de valores como o Rio Verde e o Grajauna foi o que sobrou com pouca presença humana e o Mosaico não permite o retorno para essas áreas só assegura a manutenção de quem já estava lá. O menino Marcos e Heber eles não têm isso porque eles cresceram no rio Verde, o Dauro saiu muito antes deles nascerem, a Glória saiu muito antes deles nascerem. Eles cresceram na cidade e se criaram na cidade, então não faz sentido eles retornarem para um lugar que eles nunca estiveram até porque o Mosaico garante esse resgate de justiça social e mais a família Prado não é só do Rio Verde e Grajauna, já estiveram em vários lugares, inclusive há hoje mais de 10 núcleos familiares da família Prado mas da Barra do Una. Estamos trabalhando desse ponto de vista macro mostrando que a ocupação tradicional da família Prado não se restringe só ao Rio Verde, ela ocorreu no passado em toda Juréia e quando a Estação Ecológica foi criada não tinha uma comunidade instalada baseado nos relatos que temos do Zé Pedro e dos nossos levantamentos, tínhamos 3 famílias e que isso não é comunidade, Onésio no Grajauna, filho que é o Valdir no Rio Verde e o Francisco também no Rio Verde. Esse é o contexto geral, fizemos a defesa, bem substancial apontando essas coisas. Diz que fica muito constrangido por essa pecha de racismo e muito menos contra comunidade tradicional, é um debate que está sendo feito de uma forma muito desleal, e que estamos colocando é, será que ignorar que a natureza precisa de espaços, de pulmões sem a presença humana no estado de São Paulo. Pelo histórico de degradação que temos e todos os estudos realizados não constitui um negacionismo, que dizer é um negacionismo à ciência. De tudo que foi estudado em vários artigos, artigos internacionais, todos falando no mesmo sentido “as comunidades protegem, mas a natureza precisa de um pulmão, porque senão não vamos ter onça-pintada, muriquis, as espécies não vão existir”. Juntamos na defesa um dado muito interessante do pessoal do plano de manejo falando que eles encontram maior biodiversidade onde não tinha ocupação humana, eles compararam Barra do Una e o Itinguçu ao Rio Verde e viram que lá tinha maior biodiversidade. Também fizeram uma comparação de presença de fezes próximas as comunidades tradicionais ou que tinha pouca ocupação humana e detectaram



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

que a as onças pardas eram muito mais abundantes e usavam muito mais as áreas que não tinham ninguém. De um modo geral fizemos de um modo bem profundo os documentos, encontramos alguns impedimentos que não discriminam Rio Verde, Grajauna e Barra do Una geralmente as coisas são tratadas num contexto só e não conseguimos falar. Conta que temos relato do Zé Pedro que é uma testemunha e tem que ser levado em conta, que visitou a área e viu o que estava lá, o relato de outros gestores, e temos tentado trabalhar e mostrando que não se trata de uma oposição à comunidades ou a essa família, mas sim de uma ponderação de valores constitucionais que é muito importante que seja feita, porque se enveredarmos por uma tese que sempre ter gente é bom para a natureza, podemos correr o risco das espécies não terem oportunidade de se perpetuar, segundo o que mostra vários estudos acadêmicos. Se vier uma orientação da ciência falando sempre é bom ter gente acredita que o debate está tranquilo, mas acredita que não vai ser esta a conclusão que chegaremos diante de todo o contexto de estudos que foram feitos.

Intervalo de gravação: 00.42.08 a 00.57.14

Trani: Acompanhou como o Rodrigo a montagem de toda essa defesa com as várias teses que acompanham, e diz que essa defesa no âmbito da judicialização foi feita absolutamente discutido e o Rodrigo trouxe aqui todos os temas que nós investigamos de uma maneira absolutamente isenta nesse sentido de tomada de lado. Em absoluto voltamos em qualquer tese de 30 anos atras ou das pechas que a área ambiental tinha de expulsão, de prevalência da questão da ecologia sobre a sociologia e sobre os modos de vida. Acredita que está superado, acredita que é uma discussão deslocada essa que está ocorrendo entre a ala dos antropólogos e a nossa no estado de São Paulo. Acredita até que por força do trabalho dos que estão sendo feitos e dos que estão sendo lançados esta semana pela Professora Manoela e as equipes que são grandes especialistas nas análises antropológicas no Brasil como um todo (...gravação)

Intervalo de gravação: 00.57.14 a 01.02.25

Rodrigo: Recebemos o PUT ([Plano de Uso Tradicional](#)) com muito desconforto porque algumas cláusulas do PUT: A legislação ambiental só tem que ser respeitada se não for contrária a comunidade. Quem não quer construir em APP, por exemplo, todo mundo, possibilidade de dupla moradia, e o que mais causou preocupação é a possibilidade de outras pessoas construírem no rio Verde e Grajauna segundo um critério de um conselho formado pela própria comunidade e a possibilidade de trazer abelhas africanas, porcos e outros animais exóticos e também sem avisar o extrativismo do Juçara inclusive para servir os visitantes do turismo que se queria fazer. Foge muito da subsistência e começa colocar juçara no prato do turista extraído de uma área que não tem mais. Era um PUT muito inviável de se adotar, até porque há condenação judicial ao estado de São Paulo proibindo que faça turismo na área do Rio Verde

Intervalo de gravação: 01.02.25 a 01.04.29

Paulo: Parabeniza Rodrigo pela apresentação, parece que o conjunto de tomada de provas e de argumentações são essencialmente robustos e muito coerente; Da força que o Pieroni colocou que se deva de fato investir os maiores esforços na parte judicial desse processo e entende que tem uma materialidade muito robusta e de fato coloca a parte de comunicação e de posicionamento institucional que não é menos importante e acaba hierarquicamente a parte jurídica ganha uma relevância muito maior por todo esse conjunto de informações que foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

organizado e nos apresentou, Outra questão é a que ponto esse caso da Juréia uma vez que se perca a ação em favor da família Prado, isso você credita que cria um cenário de risco para outras UCs tanto de caráter sustentável quanto de caráter de proteção integral?

Intervalo de gravação: 01.04.29 a 01.06.40

Rodrigo: Respondendo ao Paulo – acredita que cria. A discussão deve ser trazida da necessidade de ter a Unidade sem a presença humana, a ciência tem que iluminar esse debate e de houver uma decisão falando “que sempre pode ter gente” e não houver nenhuma reação da academia e da sociedade e aí eu acho que passou a boiada, se isso fizer sentido, e no que toca a desenvolvimento sustentável, cria um precedente ruim para as próprias comunidades porque se adotarmos só auto determinação como condição de ser tradicional, quem é tradicional pode ficar vulnerabilizado por invasões de quem não é, e que alega ser. Estamos vivendo isso no Camburi. (...gravação)

Intervalo de gravação 01.06.40 a 01.10.01

Ciça: Discorda do Rodrigo em um ponto que embora haja laudo a comunidade do setor da fazenda, embora trabalhou lá há anos, nunca foi quilombo e portanto, esse é um processo que remete a essa mesma situação que estamos vivendo aqui; É o processo que tem gente lá e que todos os argumentos vão em direção que eles tem esses direitos para todo o sempre uma vez que se rotulam desta forma. Não está dizendo que outros Quilombos têm a mesma condição, tem dúvida como Camburi também. Discorda do Rodrigo desse ponto. Chama atenção para alguns pontos que o Rodrigo mencionou de outros argumentos. Primeiro sobre a fala da presença do Zé Pedro que é essencial na história, tem uma pessoa que esteve também cuidando da Estação Ecológica da Juréia quando ela era apenas uma Estação Federal, portanto só no Rio Verde que é o Rubens Mendonça, que foi o primeiro gestor da área e que mora em Brasília e trabalha no serviço Florestal Brasileiro, que é irmão da Renata Mendonça, que ainda trabalha na SIMA, talvez o Rubens possa reforçar os pontos que tem da leitura histórica do Zé Pedro. Lembrando também que no próprio processo do Mosaico, onde o Rodrigo disse que teve acesso a essas informações, na ocasião em que o Mosaico foi constituído na gestão do Secretário Goldemberg, a demanda era se constituir uma RDS em toda a planície da Juréia, então a Juréia ficaria exclusivamente com a sua porção mais montanhosa o que no ponto de vista da conservação é um caos e não faz nenhum sentido considerando que temos hoje é o que nós passamos a ter do ponto de vista do Mosaico. Toda discussão do Mosaico foi politicamente levada pela ALESP, obviamente o governo tem uma enorme participação e culpa em certo sentido nos acontecimentos porque as UCs na Secretaria do Meio Ambiente sempre estiveram numa situação precária do ponto de vista orçamentário e as políticas públicas infelizmente não tem continuidade na medida que necessitam (...gravação)

Intervalo de gravação 01.10.01 a 01.20.03

Rodrigo: O final da fala da Ciça trouxe é importante, porque o que eles falam que ter presença humana melhora a questão ambiental, e é isso que estão mediando os estudos acadêmicos. Obvio que presença humana ajuda também a proteger o meio ambiente. Entende que tem horas que temos que dar um passo para traz, mas esse é o argumento deles que falam que a comunidade tradicional ela não degrada o meio ambiente, ela melhora o meio ambiente, esse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

é o ponto, por isso que eles falam que estão ambientalmente corretos, e aí surge o discurso do racismo, contra pobre, estado opressor, sendo que não tem nada haver.

Intervalo de gravação 01.20.03 a 01.20.57

Ciça: Diz que é possível onde for a degradação através do MapBioma ao longo do tempo (... gravação)

Intervalo de gravação 01.20.57 a 01.21.31

Joly: Fala sobre a colocação que se faz para grandes áreas e para processos evolutivos como aconteceram na Amazonia e Mata Atlântica ao longo de sua formação de que a presença de populações humanas, não sabe se são benéficas ou não para a biodiversidade, mas certamente alteraram os padrões de biodiversidade, distribuição de várias espécies. Na Amazonia sabemos que são consequências de translocação de sementes e o mesmo aconteceu na Mata Atlântica. Acredita que podemos fazer no caso da Juréia é mostrar que na situação atual da Mata Atlântica como um todo precisamos que ter áreas de fato onde não tenha a população humana, isto acho que conseguimos fazer um artigo mostrando quais são os impactos das populações humanas onde se tem um sistema totalmente fragmentado, e que nessa situação não se justifica ter áreas onde não tem população. Diz que tem dúvidas em relação ao quão benéfico isso pode ter sido, mesmo ao longo do processo histórico, mas de qualquer forma se olharmos para a luta de hoje, elas são altamente prejudiciais e são ponta de lança de entrada de outros problemas. Podemos fazer um artigo junto com o Sodré para dar o apoio como biólogo aos argumentos jurídicos e no vice-versa ele endossar artigos que podemos fazer para dar o apoio jurídico aos nossos argumentos biológicos, enfim, temos que pensar como fazer isso e que público queremos atingir. O Rodrigo tem uma fala que assustador, uma coisa é eventualmente ganhar a batalha com a opinião pública e isso não adiantar de nada na opinião do juiz e a outra e conseguirmos ação judicial ser favorável ao que nós estamos pleiteando com esses argumentos mesmo que a sociedade continue achando que a decisão deveria ter sido outra. Precisamos criar um foco que a gente consiga atuar de maneira a fazer a sociedade entender e ao mesmo tempo ter fortes argumentos técnicos para trazer a decisão judicial para o nosso lado, isso seria o ideal (... gravação)

Intervalo de gravação 01.21.31 a 01.27.31

Márcia: Concorde com Joly e acredita que não é só artigo que vai funcionar, vamos ter que caminhar para preparar materiais mais palatáveis, mas temos que estar muito bem respaldado com a ciência seja da biodiversidade ou antropológica como foi colocado pela Ciça. Diz que tem medo do discurso que “ah bichinho” porque a SOS Mata Atlântica já vem sendo acusada de que ela está preocupada com bichinhos, com as plantinhas e tal. Mudar esse discurso é bem difícil, estamos falando num território com 2/3 da população brasileira, sendo que os maiores remanescentes contínuos de Mata Atlântica estão justamente nessa região. Tem uma frente político-institucional do governo com relação ao Vale do Futuro que acha que deveria ser prioridade zero, que o Mário já vem conversando com o Secretário de Desenvolvimento Institucional e vamos ter que começar um trabalho mais efetivo falando dessas áreas e da importância e a questão da legalidade (...gravação)

Intervalo de gravação 01.27.31 a 01.32.07



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Sheik: A Márcia tocou em alguns pontos sensíveis e corretos e que no fundo nos últimos tempos a vida virou discurso ideológico pra cá e pra lá e a dificuldade em enxergar a comunicação, e todos que tiverem uma ideia mande no WhatsApp ou para Virginia para ajudar. Concorde com a Márcia e diz que está super correta pelo raciocínio dela. Do ponto de vista de comunicação o lado de lá ataca no discurso de nós contra eles, e quando eles criam um rótulo de racismo ambiental ficamos paralisado, porque como é que combatemos o racismo ambiental, não basta dizer não somos racista ambiental, todo mundo sabe que nós não somos, mas precisamos de argumentos para bloquear o discurso ideológico que é o que sustenta eles, é o que sustenta a fala deles e a conquista de simpatias por esse mundo que está nós contra eles e eles contra nós. Relata que olha 5 jornais por dia e reparou que o cancelamento que teve um pico uns 3 a quatro meses atrás, mas está diminuindo, saindo de moda de algum modo, e o que eles estão buscando com racismo ambiental é cancelar o nosso discurso e nossas ações.

Intervalo de gravação 01.32.07 a 01.34.07

Rodrigo: Complementando que está totalmente de acordo com o que foi trazido e sugere alguns encaminhamentos. Infelizmente a pandemia paralisou o Plano de Manejo do MOJAC que também atingiria o Vale do Futuro e depois seguiria para a Juréia, e lembrando que o Plano de Manejo ele seria um instrumento muito importante, principalmente para o MOJAC, para regularizar áreas que estão ocupadas, e que agora não conseguimos levar para frente em função da pandemia das oficinas que temos que ter. Primeiramente, fazer os Planos de Manejo e regularizar essas áreas é importante. Segundo, o que é importante também é desmitificar os processos de concessão das áreas de uso público PETAR e INTERVALES, e estamos conversando com as comunidades de permissões de uso da Ilha Anchieta e da Ilha do Cardoso., trazendo para junto a permissão e tentando integralizar as comunidades. E o ponto de vista social que é um ponto importante que estamos iniciando agora, essa história de se formatar um PSA do Juçara que vai impactar no dia a dia dessas comunidades. Diz que é uma política pública muito importante, muito interessante (..gravação)

Intervalo de gravação 01.34.07 a 01.38.48

Isabel: Expõe que além das questões que o Rodrigo está trazendo para dentro das UCs, acredita que nós do estado estamos devendo uma questão que é em relação com a regularização ambiental das propriedades. Temos uma questão para discutir o Cadastro Ambiental Rural que temos que regulamentar e estamos falando com o mesmo setor da sociedade. Quando estamos falando de CAR de populações tradicionais estamos conversando com os mesmos atores. Quando falamos dos acordos voluntários que já estão previstos na Resolução de manejo de vegetação ([Resolução SMA nº 189/2018](#)) também estamos falando com os mesmos atores e essas duas pautas deram uma paralisação com a questão da reestruturação da Secretaria. Acredita que são importantes para trazer, como já citaram, para trazer também o movimento social para as ações positivas do Estado. Essa seria uma sugestão para que colocássemos nas pautas de ação com a sociedade as nossas atribuições e obrigações ao CAR e aos acordos voluntários. Pensa que vai trazer uma discussão positiva, esses dois temas vão trazer questão positiva junto com a questão do palmito e do PSA.

Intervalo de gravação 01.38.48 a 01.40.50



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Trani: Gostaria de alinhar as coisas que ouviu: primeiro por conhecer bastante a matéria e absorver as ideias que foram trazidas. Começando pelo final. Achou muito boa a colocação da Márcia que qual é o projeto do futuro para essas áreas em termos de políticas públicas, e nós estamos desenhando uma política pública aos poucos, o que não se discute no papel, ela tem várias facetas e está se agregando nessa ideia do Vale do Futuro, só para falar da região do Vale do Ribeira, mas poderíamos ampliar também para as comunidades tradicionais de todo o litoral, em específico do Litoral Norte, que temos muita pressão e estamos terminando agora as APAS Marinhas, enfim tem vários assuntos que podem ir juntos. Outro tema que a Bel trouxe bem, tanto a questão do CAR como os acordos voluntários de manejo, e não ficou parado, mas deu descompasso de tempo mas está na nossa agenda. Temos que fazer inclusive a regulamentação do CAR. Temos uma boa possibilidade de fazer uma discussão ampla em São Paulo. O que eu estou entendendo do SIGAP, todas as falas de alguma forma estão convergentes, é que nos precisamos quebrar um discurso mais coeso sobre essa visão que integra a antropologia e biodiversidade, acha a ideia do Joly boa e se puder também fazer artigo concatenados com o Marcelo Sodré. A pergunta fundamental que é qual é a estratégia maior para o projeto de futuro que temos para essa região. E o que a SOS Mata Atlântica tem pedido por várias vezes é que essa discussão devia transladar não só do SIGAP mas para o CONSEMA. Temos sido cobrados a fazer uma discussão mais ampla no próprio CONSEMA. Perguntou aos presentes: colocamos no cronograma levar a discussão ao CONSEMA, as perguntando a todos se seria o caso, por exemplo, o CONSEMA em 2018 promoveu uma série de debates de temas ambientais que o setor ambientalista já tinha solicitado que estava focado na questão de qualidade do ar, saúde pública, todos esses temas que eles gostariam de estar discutindo no CONSEMA e foi feito numa rodada organizada como se fosse um workshop para discutir com a sociedade. Pergunta para os conselheiros como vêm a participação do CONSEMA para agregar debate dessa proposta. Acredita que não basta fazer um relato na questão da Juréia. Pergunta qual seria a sugestão efetiva para levarmos o assunto ao CONSEMA.

Intervalo de gravação 01.40.50 a 01.45.21

Ciça: Diz que vai tentar responder a pergunta do Trani mas com muito pouca informação. Diz que participou por várias vezes das reuniões do CONSEMA mas se retirou por não concordar com algumas discussões, uma delas é uma reclamação do Conseminha do Dória, inclusive com críticas expressas na SOS, mas além disso é um grupo aparentemente, na área dos ambientalistas, com um mix de pessoas com várias experiências de participação no CONSEMA e pessoas completamente chegando agora. Se a ideia de levar ao CONSEMA, que acha importante, porque o CONSEMA é o conselho que deve ser aquele que dá as diretrizes e que inclusive informa as várias instâncias de governo face a sua representatividade, propõe um trabalho anterior assim como se quer tirar um produto no final, acha que tem que ter uma ideia melhor do que está lá, de quem são as pessoas que estão inseridas nas agendas e nas políticas antes de chegar lá de boa intenção. As pessoas têm umas cristalizações que numa reunião do CONSEMA não vai ser retirada. Seria interessante fazer uma pesquisa de como estão se posicionando e quem são as organizações com todo o direito de se manifestarem legitimamente participantes do CONSEMA (...gravação)

Intervalo de gravação 01.45.21 a 01.49.18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Isabel: Relata que temos bastante sugestões e vamos pontuar. Anotou algumas principais, que é essa que a Ciça trouxe que é a questão de trazer novos atores para ampliar essa discussão para até ajudar na formatação de alguma opinião diferente para ser divulgada, e a questão da visibilidade dos estudos acadêmicos. Se tivermos propostas mais concretas que o Conselho possa trazer.

Intervalo de gravação 01.49.18 a 01.50.44

Adriano: Observou que na tabela que foi exposta o item 3 tinha os mapas da SUCEN. Diz que consegue ver os mapas no início da próxima semana a Regional de São Vicente é a responsável pelo Vale do Ribeira, e esses mapas realmente existem desde a década de 70. A SUCEN mapeia essas comunidades por conta do combate a malária e a esquistossomose que eram doenças importantes na década de 70 e 80 naquela região.

Intervalo de gravação 01.50.44 a 01.51.49

Márcia: Comenta que está insistindo muito em levar a questão ao CONSEMA, e certamente devemos chegar bem preparados para esse encontro. Concordo com a Ciça em que temos um conselho extremamente frágil, mas é um fórum democrático de discussão, temos que levar essa discussão mais ampla. Podemos preparar alguns encontros estando bem embasado cientificamente seja com especialistas em UCs, em biodiversidade, do grupo antropológico, sociológico. Temos que trazer mais especialistas para essa discussão (... gravação)

Intervalo de gravação 01.51.49 a 01.53.47

Trani: Esclarece que o CONSEMA é o nosso conselho mais histórico, ele não teve mudança na estrutura e a representatividade dele é um pouco a dinâmica da sociedade os 36 são sempre os mesmos, portanto não houve mudanças estruturais. No próximo mês haverá posse dos novos membros. Podemos pensar numa reunião conjugada com o conselho de CONSEMA e o conselho do SIGAP para promover um debate fundamentado com as opiniões e mais dados e tirar dali esse lado representacional (...gravação)

Intervalo de gravação 01.53.47 a 01.56.43

Isabel: Apresenta várias sugestões e ideias, e essa sugestão que o Trani está trazendo que num formato de workshop, talvez amplie o debate com outros setores da sociedade que é um dos pontos que foi levantado como uma fragilidade, e que talvez contorne a questão que a Ciça trouxe do perfil do CONSEMA e poder fazer num formato mais aberto. Se o conselho do SIGAP entender que é um caminho interessante de estar organizando e propondo um formato. Uma outra preocupação que é a questão do timing com uma ação correndo. O que ainda da trazido como informação complementar ou como dados mais robustos, dados técnicos-científicos que vai contribuir nesse processo, e também surgiu a ideia de ter uma outra opinião de outro antropólogo, de trazer alguém com uma visão diferenciada da que está sendo discutida, mas não temos nenhuma proposta concreta com relação a isso, apenas uma ideia de um caminho a ser seguido.

Intervalo de gravação 01.56.43 a 01.59.03



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Consultivo SIGAP

Rodrigo: Primeiro agradece a todos e diz que o abaixo-assinado que todos participaram deu muita base técnica para trazer a discussão de uma forma isenta. Se fosse possível que a FF possa organizar algum tipo de workshop ou de encontro que se discuta todos esses temas: a importância das comunidades tradicionais, a importância de não ter presença humana em algumas áreas. Talvez o que o IF fez o Café com IF, talvez organizar alguma coisa nesse sentido, mas se coloque os debates, as comunidades, o que podemos melhorar, chamar lideranças e trazer o debate em áreas sem a presença humana com alguns especialistas. Poderíamos olhar a EEJ e entender quais tipos de pesquisas e quais parcerias e contratos poderíamos firmar para colocar pesquisador lá para pesquisas importantes para a biodiversidade, e pedir para o Prof. Joly nos ajudar, inclusive com transferência de recursos dependendo da instituição. Agora vamos fazer o censo de primatas do Barreiro Rico. (... gravação)

Intervalo de gravação 01.59.03 a 02.02.17

Isabel: Concorde com as propostas do Rodrigo em trazer mais informação para ser replicada nos meios de comunicação e também ajuda na própria organização e participação nesses eventos dessas rodas de conversas e também levar mais elementos para a comunicação da Secretaria demonstrando o papel do estado nessas questões. Podemos compilar todos os temas que foram falados na reunião e distribuir entre os conselheiros para visualizarmos os grupos que tem as ideias e partir daí montar uma proposta de encontros. Podemos montar um cronograma com essas pautas.

Como nenhum conselheiro fez mais uso da palavra Isabel encerrou a reunião agradecendo a todos pela presença

Intervalo de gravação 02.02.17 a 02.05.31

LINK DA GRAVAÇÃO INTEGRAL DA REUNIÃO

<https://1drv.ms/v/s!AoornhTyp6QciuAni66fekO8lg2IHQ?e=IJACTu>